



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

ATA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO TERCEIRO QUADRIMESTRE DE 2023 DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

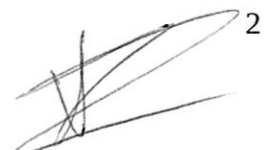
Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro de 2024, às 9h35, compareceu ao Plenário da Câmara Municipal de Ribeirão Preto (Av. Jerônimo Gonçalves, 1200), a Secretaria Municipal da Fazenda, neste ato representada pelo titular da pasta, Sr. Afonso Reis Duarte, para proceder a apresentação da prestação de contas do terceiro quadrimestre de 2023, acompanhado dos técnicos da Secretaria Municipal da Fazenda. Presidiu a audiência o Vereador Sérgio Zerbinato, presidente da Comissão Permanente de Finanças, Orçamento, Fiscalização, Controle e Tributária desta Casa de Leis; iniciou agradecendo a todos, especialmente os técnicos da Secretaria da Fazenda, Edméa Eliana dos Santos, Silvia Olivieri, Vitório Tonetto Filho e João Paulo da Silva, e Maira Assaf, contadora. O vereador explicou que esta audiência pública tem como objetivo a prestação de contas para apresentação dos resultados do ano de 2023, Poder Executivo Municipal, atendendo a LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) e após breves comentários iniciais, passou a palavra ao Secretário de Fazenda, Dr. Afonso Reis Duarte, que cumprimentou os presentes, destacando que essa é a 3ª audiência do ano de 2023 e fecha o exercício de 2023, e agora é possível mostrar com mais propriedade as receitas, despesas, investimentos e dívida fundada, despesas fiscais, aplicação de recursos em educação e saúde, limites de endividamento, enfim, fecha o exercício e tudo será disponibilizado no site da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto. Observa que o técnico da Secretaria da Fazenda e Chefe da Divisão de Contabilidade, Sr. Vitório Tonetto Filho, fará a apresentação dos dados, o que o faz com a utilização do sistema *data show*, conforme documento que segue em anexo. O técnico Vitório iniciou destacou que o fundamento legal que exige essa audiência pública é o art. 9º, § 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), dispositivo que reza que: *“até o final do mês de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na Comissão referida no §1º do artigo 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas Estaduais e Municipais”*. Informou que se trata dos dados consolidados dos seguintes órgãos: Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, Fundação de Educação para o Trabalho – FUNDET, Fundação Instituto do Livro, Fundação Dom Pedro II, Fundação Instituto Pólo Avançado de Saúde – FIPASE, Fundação de Formação Tecnológica de Ribeirão Preto – FUNTEC, Guarda Civil Metropolitana - GCM, Instituto de Previdência dos Municipiários – IPM, Serviços de Assistência à Saúde dos Municipiários – SASSOM e Câmara Municipal de Ribeirão Preto – CMRP.



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

Acrescentou que a apresentação compreende o período de janeiro a dezembro de 2023, 3º quadrimestre de 2023, está organizada as receitas consolidadas, receitas somente da Prefeitura, receita corrente líquida, metas de resultado primário e nominal, aplicação de recursos no ensino, FUNDEB, saúde e também despesa com pessoal, entre outros. Com relação ao resultado orçamentário, receitas consolidadas, Vitório informou que a previsão anual inicial de receita era de R\$ 4.309.988.134, mas teve uma atualização para R\$ 4.373.282.460, e a arrecadação de receita do 3Q2023 chegou a R\$ 4.282.297.980 e detalhadamente, os principais grupos são: transferências correntes; impostos, taxas e contribuições de melhoria e ambos superaram as previsões de arrecadação, destaca Vitório. A primeira tinha uma previsão de arrecadação de R\$ 1 bilhão 690 milhões, e se arrecadou R\$ 1 bilhão 747 milhões, e a receita de impostos, taxas e contribuições de melhoria havia uma previsão de R\$ 1 bilhão 343 milhões e arrecadou R\$ 1 bilhão e 453 milhões. Outros grupos importantes, como receitas de serviços e contribuições ficaram um pouco abaixo do que era previsto. Analisando a receita de R\$ 4.282.297.980 consolidada, por órgãos, os quatro principais órgãos são: a Prefeitura (R\$ 3 bilhões 617 milhões), IPM (R\$ 517 milhões) e o SASSOM (R\$ 126 milhões), e os demais órgãos, entidades, a arrecadação não é tão representativa. Concernente ao detalhamento das receitas arrecadadas somente da Prefeitura (dados isolados) ela foi responsável por R\$ 3.643.621.596 e traz planilha ordenada por ordem de grandeza, sendo que os principais grupos de arrecadação foram: ICMS – R\$ 671 milhões (18%); ISSQN - R\$ 495 milhões (14%); IPTU – R\$ 493 milhões (14%); IPVA – 320 milhões (9%); Receitas de Serviços – R\$ 315 milhões (9%); FUNDEB - R\$ 291 milhões (8%); SUS - R\$ 246 milhões (7%) de toda arrecadação e Receita Patrimonial – R\$ 147 milhões (4%), ITBI – R\$ 139 milhões (4%), e cota parte do F.P.M – R\$ 123 milhões (3%), sendo que os demais rubricas orçamentárias representam valores e percentuais menores. Em seguida, passou a efetuar uma análise dessa receita arrecadada de 01/janeiro até 31/dezembro de 2023 em relação ao que estava arrecadado no ano anterior, e também ao que estava previsto. De forma geral, em 2023 houve uma arrecadação de R\$ 3.643.621.596 e em 2022 foi de R\$ 3.384.180.151, ou seja, em 2023 teve R\$ 259 milhões a mais de arrecadação, o que representa 7,67% de aumento, lembrando Vitório que a taxa de juros oficial (IPCA acumulado nos últimos 12 meses) foi de 4,62%, ou seja, houve um aumento real de arrecadação de 2022 para 2023. Analisando os principais grupos, houve um aumento de R\$ 68 milhões a mais em 2023 comparando com 2022 na receita de IPVA, e também houve incremento no arrecadado com ISSQN, de R\$ 57 milhões a mais em 2023 comparando ao ano anterior. Igualmente, a receita de serviços arrecadou R\$ 50 milhões a mais, e o IPTU, aumento de R\$ 43 milhões comparando ao ano de 2022. Já no tocante a queda, a principal se deu no ICMS, uma queda de R\$ 4.156.548, que é pequena mas merece ser notada. Com relação a previsão, era previsto arrecadar R\$ 3.735.960.602 e se arrecadou R\$ 3.643.621.596, uma queda de R\$ 92.339.005 (2,47% abaixo do que era previsto no global). Mas quando se analisa somente as receitas correntes, que são as



2



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

principais, estava previsto uma arrecadação de R\$ 3.307.973.250 e se arrecadou R\$ 3.483.058.595, ou seja, R\$ 175 milhões a mais. Destaca que o IPVA teve em 2023 uma arrecadação de R\$ 47 milhões a mais do que estava previsto, e o ISSQN de R\$ 43 milhões a mais do previsto, e o I.R.R.F teve R\$ 38 milhões a mais, e o FPM aumento de R\$ 11 milhões. Com relação aos que não chegaram no que era previsto, temos o IPTU, se arrecadou R\$ 15 milhões abaixo do previsto, e o ICMS, R\$ 28 milhões arrecadados a menos muito em decorrência de alterações na legislação do ICMS. A receita corrente total deu 5,29% acima do previsto no orçamento, lembrando que o IPCA oficial deu 4,62%. Falando posteriormente sobre os dados de despesa consolidada, apresenta os seguintes números: despesa total prevista (dotação anual inicial), temos R\$ 4.309.988.134 e o total da despesa empenhada no 3Q2023 soma R\$ 4.285.286.746 e a despesa liquidada fixada em R\$ 4.092.726.556. A LRF é sempre pela despesa liquidada, relembra Vitorio. Fala que da despesa liquidada (R\$ 4.092.726.556), por função de governo, as que mais se destacam são os gastos com pessoal e encargos sociais (R\$ 1.835.436.676), seguida de outras despesas correntes (R\$ 1.637.207.797), intraorçamentárias (R\$ 272 milhões), investimentos (R\$ 192 milhões), amortização de dívidas (R\$ 84 milhões) e juros e encargos da dívida (R\$ 69 milhões). Analisando a despesa liquidada por função de governo, temos: saúde R\$ 992 milhões, educação R\$ 881 milhões, previdência social R\$ 718 milhões, saneamento R\$ 301 milhões, urbanismo R\$ 294 milhões, administração R\$ 292 milhões, encargos especiais também R\$ 292 milhões, e outros, com valores menores. Em seguida, traz a apuração do resultado orçamentário do 3Q2023 consolidado, com receita total arrecadada de R\$ 4.282.297.980 e despesa total liquidada de R\$ 4.092.726.556, e daí um superávit orçamentário de R\$ 189 milhões. Faz um "parêntese" de R\$ 192 milhões de restos a pagar não processados, despesas que não existe ainda certeza, existe grau de incerteza e não afetam o resultado orçamentário. Quanto ao comparativo de despesa, de janeiro a dezembro 2022 com janeiro a dezembro de 2023, tivemos um aumento de 17,92% de 2023 com relação a 2022, lembrando que o IPCA deu 4,62% (a despesa saiu de R\$ 2.661.399.375 para R\$ 3.138.396.567). Os principais grupos foram os gastos com educação (R\$ 879 milhões aplicados em 2023 frente a R\$ 754 milhões em 2022), além de saúde (R\$ 874 milhões aplicados em 2023 frente a R\$ 758 milhões em 2022). Bem significativos, ainda, temos os gastos com urbanismo (R\$ 294 milhões aplicados em 2023 frente a R\$ 223 milhões em 2022). Seguindo, com as despesas analisadas por natureza econômica, temos um total de R\$ 3.138.396.567 em 2023 frente a R\$ 2.661.399.375 do ano anterior, e os principais gastos são com outras despesas correntes (*que é todo o custeio da máquina pública*) que saltaram de R\$ 1.199.664.555 em 2022 para R\$ 1.462.644.284 em 2023, e ainda os gastos com pessoal e encargos sociais que saíram de R\$ 1.163.798.729 milhões para R\$ 1.323.576.712 esse ano, quase R\$ 200 milhões de aumento. Gastos de investimento também aumentaram, amortização de dívida e juros e encargos da dívida também. Continua exibindo números dos repasses que a Prefeitura faz para administração dos órgãos da Administração Indireta e para o



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

Poder Legislativo, para que executem seus orçamentos, demonstrou um comparativo de janeiro a dezembro de 2022 comparando com o mesmo período de 2023, e o total foi R\$ 407 milhões em 2023, e em 2022 o valor foi de R\$ 372 milhões, aumento de 9,36%, também superior à inflação pelo IPCA. No próximo, sobre a apuração da recente corrente líquida de forma anualizada, de janeiro/23 a dezembro/23, a base e o cálculo é feita considerando a receita corrente bruta R\$ 4.068.861.990, são feitas deduções exigidas por lei, referentes aos repasses e as receitas previdenciárias, que precisam de deduções pois há uma vinculação própria, que a receita corrente líquida, na casa de R\$ 3.629.247.274 (base para limites da LRF), e ainda são deduzidas as emendas parlamentares individuais e de bancada que o município recebe da União, que soma R\$ 16.489.771, chegamos na receita corrente líquida ajustada para o limite de endividamento de R\$ 3.612.757.503. Desse número, subtrai ainda as emendas parlamentares de bancada (R\$ 2.150.000), e a Receita Corrente Líquida (RCL) ajustada para limites de despesa com pessoal soma R\$ 3.610.607.503. Seguindo, o resultado primário consolidado de janeiro a dezembro de 2023 pela LDO tinha como meta fiscal R\$ 94.465.362,00. As receitas fiscais primárias tinham uma previsão anual atualizada de R\$ 3.715.558.356 e foi realizado R\$ 3.720.326.766. Destaca Vitório que as receitas primárias, que são as despesas operacionais do governo, totalizaram R\$ 3.665.395.456, e assim chegamos a um superávit primário de R\$ 54 milhões. Já no resultado nominal, que está relacionado ao endividamento do setor público, traz a dívida pública consolidada do Município, comparando-a em dois momentos: de 31/12/2022 a 31/12/2023. Aponta que o cálculo parte da dívida consolidada bruta, que era de R\$ 785 milhões em 2022 e passou para R\$ 904 milhões em 2023, e aí se faz deduções relacionadas aos ativos disponíveis, outros recebíveis (haveres financeiros), e também com relação aos restos a pagar processados e depósitos restituíveis, que são valores que ficam na posse da Prefeitura e dos órgãos, mas não são deles. As deduções somam R\$ 1.028.562.233 em 2023 e eram de R\$ 957.667.838 o ano de 2022, e aí confrontamos a dívida bruta com essas deduções. A dívida consolidada líquida, em 2022, era negativa em R\$ 172 milhões, e em 2023, ficou negativa em R\$ 124 milhões, e isso aponta que as disponibilidades de caixa são maiores que a dívida consolidada bruta. Assim, chegamos a uma dívida consolidada líquida de R\$ 222 milhões em 2022 e agora R\$ 149 milhões negativos em 2023. Registra que houve um aumento do endividamento fiscal líquido de R\$ 73 milhões, e pela LRF, era não ultrapassar R\$ 198 milhões, e então, o endividamento líquido ficou abaixo. Apontou ainda três limites relacionados ao endividamento do Município, que a base é a receita corrente líquida, R\$ 3.263.714.243 no 3Q2022 e R\$ 3.612.757.503 no 3Q2023. Pela lei vigente atual, o estoque da dívida não pode ser 120% da Receita Corrente Líquida, e estamos com R\$ 124 milhões negativos, ou -3,44%, não ultrapassando o limite da Resolução 43 do Senado Federal. A lei exige que os Municípios não ultrapassem 16% de operações de crédito realizadas dentro de um mesmo ano, e em 2023 chegou a R\$ 110 milhões ou 3,06%, bem abaixo dos 16%, ou seja, também não se gastou nem ¼ (um quarto) desse limite. As concessões de garantia estão relacionados com

4



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

empréstimos da Cohab, com empréstimos habitacionais, que representa 1,47% e bem abaixo do limite que prevê a LRF (22,00%). Passou a falar da evolução e mutação da dívida fundada da Prefeitura Municipal de Rib. Preto, dívida fundada que são dívidas que ultrapassam 12 meses, com posições de 2013, ano a ano, até o 2023. Lá em 2013, as dívidas mais representativas eram do acordo dos 28,35%, que totalizavam R\$ 385 milhões, o maior grupo, e lá em 2013 o segundo maior grupo eram as dívidas intraorçamentárias. Em 2023 são os empréstimos com instituições financeiras, que totalizaram R\$ 583 milhões, e o segundo maior grupo são dívidas com precatórios, de R\$ 245 milhões, dívidas judiciais. De uma forma global, aponta Vitório, em 2013 a dívida da Prefeitura era um total de R\$ 804 milhões e houve, para 2023, um aumento nominal para R\$ 900 milhões. Registra que com atualização pelo IPCA, desde 2013, em valores constantes, a dívida diminuiu, apesar do aumento nominal em 10 anos, se analisarmos a questão real, não houve aumento real, mas sim decréscimo da dívida fundada. Em seguida falou sobre as incorporações e amortizações atualizados, sempre corrigidos pelo IPCA do período (2013 a 2023), pela série temporal de 10 anos. Em 2016, o valor nominal da dívida fundada era de R\$ 681.991.050,00, e com destaque para o fato que em valores corrigidos pelo IPCA, o valor atual ainda é menor que o valor de encerramento em 2016 (R\$ 900.509.748,00). A receita corrente líquida em 2013 correspondia a 54% da RCL, e agora, em 2023, ela corresponde a 25%, e apesar do crescimento nominal, o indicador ficou em 25% (% dívida fundada/receita total – administração direta). Sobre a aplicação dos recursos no ensino, tem como base a receitas de impostos e transferências de impostos, de R\$ 2.552.181.501, e aplicação mínima obrigatória de 25%, e foi empenhado 28,99% e liquidado 28,38%, acima do obrigatório pela Constituição Federal. No tocante as metas fiscais relacionadas com a educação, que a aplicação no ensino a base de cálculo são as receitas de impostos e transferências de impostos, o que representa R\$ 2.552.181.501, sendo que a aplicação mínima legal de 25% (art. 212 CF) totaliza R\$ 638.045.375, o total da despesa empenhada atingiu R\$ 739.882.384, a despesa total liquidada R\$ 724.245.679, observando que houve o cumprimento da meta fiscal, ficando em 28,38% do empenhado e 28,99% do liquidado, acima do limite constitucional. Sobre a aplicação dos valores do FUNDEB, de janeiro a dezembro de 2023, com total recebido, pelo Município, de R\$ 293.740.247, e que as aplicações mínimas, existem duas, 70% do mínimo no magistério (R\$ 205.618.173) e já foram aplicados aí R\$ 267.513.269, ou seja, percentual de 91,07%, muito acima dos 70% exigidos pela lei. Há ainda a necessidade de aplicação de 90% dos recursos recebidos dentro do próprio exercício, que soma R\$ 264.366.222, e em 2023 a Prefeitura já aplicou R\$ 267 milhões, e com dados parciais, já 99,99% (quase a totalidade) já está sendo aplicada dentro do próprio exercício, cumprindo assim a meta. Em seguida, Vitório aponta, no tocante a meta de aplicação de recursos na saúde, a base de cálculo são receitas de impostos e transferências de impostos que soma R\$ 2.541.094.174, temos a aplicação mínima obrigatória, e constitucional, de 15%, que representa R\$ 381.164.126. Os gastos totais em saúde em 2023 ficou em



5



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

R\$ 874.991.609, e deste total, não podem ser levados em consideração para cômputo dos 15% porque são gastos com receitas estaduais e federais R\$ 252.489.013 milhões, outros R\$ 11.787.298 são despesas com outros recursos, e R\$ 18.967.124, embora despesas com saúde são glosadas pelo Tribunal de Contas em decorrência de não serem relacionadas à universalização do acesso à saúde, normalmente gastos judiciais, então temos os gastos de fato, que entram no cômputo, de R\$ 591.748.175 e a mínima exigida (15%) era R\$ 381 milhões, e a aplicação se deu no percentual de 23,29%, acima do mínimo legal (R\$ 210 milhões a mais em valores nominais). Continuando, informou a meta de despesa de pessoal, explicando que a base é a receita corrente líquida R\$ 3.610.607.503, e observamos que a receita bruta com pessoal soma R\$ 2.068.031.520, com deduções de R\$ 419.825.111 (inativos), e então a despesa de pessoal realizada soma R\$ 1.648.206.409, ou 45,65%, percentual abaixo dos limites da LRF (limite máximo 54%; prudencial 51,30%; e alerta 48,60%). Trouxe ao final um breve resumo das metas e do realizado no tocante aos limites de despesa de pessoal, aplicação na saúde, FUNDEB e educação, nominado de "termômetro fiscal", que faz um apanhado, uma síntese, dos quatro limites legais. Ao final, Vitório Tonetto se colocou à disposição para responder a eventuais dúvidas e questionamentos, finalizando a explanação e apresentação de hoje. O vereador Zerbinato parabenizou pela apresentação e toda equipe da SEFAZ, e em seguida o Secretário Afonso Reis Duarte registrou a importância dessa audiência pública, e de maneira resumida afirma o cumprimento da LRF, e lembrou os percentuais exigidos da lei, com percentuais acima dos exigidos pela CF, e despesas com pessoal também abaixo do limite de alerta, com limite de endividamento abaixo do que era em 2016, fechando o ano de maneira superavitária, com gestão "bastante fina" das despesas, sem aumentar o endividamento do Município. O vereador Zerbinato indaga sobre os empréstimos contratados, se a PMRP está ou não "se endividando", se há um controle disso. Afonso Reis diz que todos os empréstimos são aprovados pela Câmara Municipal, e a Prefeitura encerrou 31/12/2023 com dívida fundada, em valores nominais, menor que 2016. Em resumo, estamos "abaixo" do que era a dívida em 2016, com redução também da dívida com relação à RCL. Afonso reforça que o Município não está se endividando, e estamos bastante "confortáveis" com relação ao que era em 2016. E assim, o vereador agradeceu a atenção do Secretário, dos técnicos da SEFAZ, e declarou encerrada a presente audiência pública para prestação de janeiro a dezembro de 2023, às 10h25. A presente ata foi lavrada por mim, Fernando Silvério Borges, auxiliar legislativo designado, que após lida e aprovada, vai assinada pelo vereador abaixo, que presidiu essa audiência pública.

SÉRGIO ZERBINATO

Vereador - Presidente da
Comissão Permanente de Finanças,
Orçamento, Fiscalização, Controle e Tributária